

CONSELHO GERAL

Ata Número Trinta

----- Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e catorze, reuniu, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade da Madeira, o Conselho Geral da Universidade da Madeira, conforme convocatória efetuada a três de março do ano de dois mil e catorze.-----

----- Estiveram presentes os membros deste órgão que constam na folha de presenças em anexo, folha que faz parte integrante desta ata. -----

----- Nesta reunião registou-se a ausência, previamente justificada, da Sra. Conselheira Dora Pombo e dos Srs. Conselheiros António Pereira, António Trindade e Francisco Capelo.-----

----- Nesta altura registou-se ainda a ausência temporária, devidamente justificada, da Sra. Conselheira Ana Catarina Fernando e do Sr. Conselheiro Carlos Valente.-----

----- **Ponto um** da ordem de trabalhos, **Ratificação da ata número vinte e nove do Conselho Geral**. O Sr. Presidente do Conselho Geral informou o Conselho de que havia acolhido uma proposta de alteração à ata enviada pelo Sr. Reitor, e que esta integrava já a nova redação da mesma. Questionou, de seguida, os senhores conselheiros sobre a existência de mais alguma proposta de alteração a fazer. Nada havendo a registar, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -

----- **Ponto dois** da ordem de trabalhos, **Informações**. O Sr. Presidente do Conselho Geral convidou o Sr. Reitor a apresentar cada ponto das Informações, como abaixo se descreve: -----

----- **Ponto dois ponto um** da ordem de trabalhos, **Alterações dos Estatutos da Universidade da Madeira e do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES)**. Neste ponto, o Sr. Reitor informou os senhores conselheiros de que, tendo em linha de conta não se saber quando terão lugar as alterações anunciadas, ainda em julho de dois mil e treze e depois em novembro do mesmo ano, ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), a Universidade da Madeira iria retomar os trabalhos, então interrompidos, de elaboração de propostas de alteração dos Estatutos desta Universidade.-----



----- **Ponto dois ponto dois** da ordem de trabalhos, **Praxes académicas**. O Sr. Reitor informou os senhores conselheiros sobre as diligências que havia tomado ao reunir, primeiro em privado, com o Sr. Provedor do Estudante, Dr. Jorge Carvalho, e o Sr. Vice-Reitor para os Assuntos Académicos, Professor Doutor Sílvio Fernandes, e, depois, em conjunto com a Associação Académica e um representante do Conselho de Veteranos que, na UMa, supervisiona as praxes académicas através da Comissão de Praxe. Destas reuniões resultou ter-se decidido elaborar um documento que viesse a congregar um conjunto de princípios básicos que deve regular tais atividades. Terminada a exposição do Sr. Reitor, quiseram os senhores conselheiros contribuir para a reflexão sobre estas práticas académicas, que se estendem à via pública e que, raras vezes, abonam em benefício dos estudantes e da instituição. Congratularam-se ainda pela iniciativa do Sr. Reitor, tendo o Sr. Presidente demonstrado igualmente o seu apreço pela mesma. -----

----- Nesta altura registou-se a presença da Sra. Conselheira Ana Catarino Fernando. -

----- **Ponto dois ponto três** da ordem de trabalhos, **Outras informações**. Neste ponto, depois de o Senhor Presidente ter inquirido os presentes para averiguar se teriam alguma informação a acrescentar, o Senhor Reitor informou o órgão que havia iniciado diligências no sentido de se estudarem e prepararem as condições necessárias para que, a prazo, na Universidade da Madeira, se venha a lecionar o terceiro ano do Curso de Medicina. -----

----- Ainda neste ponto, o Sr. Conselheiro Pedro Telhado Pereira pediu que se desenvolvesse um esforço conjunto no sentido de se dar continuidade à atualização das informações prestadas em cada reunião. -----

----- **Ponto três** da ordem de trabalhos, **Interpretação dos artigos décimo oitavo, número um, alínea h) e trigésimo segundo, número dois, alínea f) dos Estatutos da Universidade da Madeira**. Neste ponto, e após o Sr. Presidente ter solicitado ao Sr. Reitor que procedesse à exposição do mesmo, abaixo se transcreve a interpretação proposta: -----

----- Quanto à alínea h) do número um do artigo décimo oitavo, interpretá-la do seguinte modo: -----

Deliberar sobre parcerias e cooperação com outras entidades públicas ou privadas, nas diferentes modalidades previstas na lei, nos casos em que as parcerias e cooperações em causa tenham incidência estratégica ou impacto

profundo na Instituição, devendo necessariamente ser ouvido o Senado, se se tratar de acordos e parcerias internacionais;-----

----- E quanto à alínea f) do número dois do artigo trigésimo segundo, interpretá-la do seguinte modo: -----

A realização de acordos e de parcerias internacionais, nos casos em que tenham incidência estratégica ou impacto profundo na Instituição. -----

----- A proposta de interpretação dos artigos décimo oitavo, número um, alínea h) e trigésimo segundo, número dois, alínea f) dos Estatutos da Universidade da Madeira foi votada e aprovada, tendo obtido a concordância unânime, por parte dos senhores conselheiros - **deliberação número cento e catorze/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- **Ponto quatro** da ordem de trabalhos, **Ratificação do convénio de cooperação entre a Universidade da Madeira e o Banco Santander Totta**. Tendo o Sr. Presidente solicitado ao Sr. Reitor que apresentasse as razões que recomendam a continuidade do convénio de cooperação entre a UMa e o Banco Santander Totta e, tendo o Sr. Reitor explanado a importância daquele acordo para o apoio, em particular, a atividades de investigação, nomeando os projetos que se prevê serem alvo desta cooperação, foi o documento colocado em discussão, votado e ratificado por unanimidade - **deliberação número cento e quinze/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- Neste ponto ainda, o Sr. Reitor informou o Conselho acerca do documento relativo à continuidade do acordo de cooperação entre a UMa e a Universidade de Donghua, previamente distribuído aos presentes.-----

----- **Ponto cinco** da ordem de trabalhos, **Ratificação das propostas de protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal do Funchal e a Universidade da Madeira e primeiras duas adendas**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral começou por convidar o Sr. Reitor a explanar o documento. Concluída a explanação do Sr. Reitor, o Sr. Presidente abriu a discussão, tendo acolhido os contributos de alguns dos senhores conselheiros, não só sobre a importância da revisão de custos, como também da estrutura adotada, propondo, inclusivamente o alargamento do âmbito do protocolo, ora em vigor, a outras áreas em que a UMa possa apoiar e ser apoiada. Quanto à redação do mesmo, foi solicitada a correção de *Departamento de Biologia* para *Centro de Competência de Ciências da Vida*, de acordo com os Estatutos, em vigor, da Universidade da Madeira. -----

----- O documento, com a alteração *supra*, foi votado e aprovado por unanimidade - **deliberação número cento e dezasseis/Conselho Geral/Universidade da Madeira** ----

----- **Ponto seis** da ordem de trabalhos, **Implementação da avaliação dos docentes relativamente ao período dois mil e quatro-dois mil e doze**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral pediu ao Sr. Reitor a explicação do documento em discussão. O Sr. Reitor lembrou que o referido documento havia já sido discutido e votado, com aprovação, na Comissão Académica do Senado Universitário, a cinco de março último. Terminada a sua exposição, a discussão foi alargada aos senhores conselheiros que alertaram, no essencial, para a importância de se considerarem os diferentes fatores de impacto das publicações, nas diferentes áreas científicas.-----

----- Na votação, a metodologia adotada foi a análise e votação de cada uma das propostas individualmente, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

----- Proposta número um, *Avaliação dos períodos de sabática e outras dispensas de serviço*: votada e aprovada por unanimidade; -----

----- Proposta número dois, *Os "fatores de ajuste" (relativamente aos períodos dois mil e dez-doze e dois mil e oito-nove)*: votada e aprovada por unanimidade; -----

----- Propostas números três e quatro, *A determinação dos níveis das publicações*: votadas conjuntamente e aprovadas por unanimidade; -----

----- O documento referente às duas propostas adicionais e às duas propostas de revogação/alteração de duas decisões anteriores do Conselho Geral (concretamente referentes às propostas sete e sete a) da deliberação número cento e onze de dois mil e treze e a referente à proposta quatro da deliberação número cento e doze de dois mil e treze), quanto à implementação da avaliação dos docentes relativamente aos períodos dois mil e quatro-dois mil e nove e dois mil e dez-dois mil e doze foi, em votação final global, aprovado por unanimidade - **deliberação número cento e dezassete/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto sete** da ordem de trabalhos, **Linhas gerais da avaliação dos docentes da Universidade da Madeira**. O Sr. Presidente do Conselho Geral convidou o Sr. Reitor a expor o documento. Na sua exposição, o Sr. Reitor debruçou-se sobre a necessidade de adicionar às linhas gerais da avaliação dos docentes da Universidade da Madeira duas novas propostas (linhas gerais dez e onze), apreciadas no Senado Universitário de cinco de março e que abaixo se transcrevem: -----

fr
Q.

Dez. Um triénio de avaliação corresponde a um período de três anos letivos consecutivos, sendo identificado pela referência aos anos civis em que se iniciam esses anos letivos.-----

Onze. A informação usada para a avaliação de cada docente tem carácter público, mas o resultado da mesma tem carácter reservado, salvo nos aspetos em que a lei dispuser o contrário, encontrando-se todos os intervenientes no processo, exceto o avaliado, obrigados ao dever de sigilo sobre a matéria. -----

*----- Discutido e votado, foi o documento aprovado por unanimidade - **deliberação número cento e dezoito/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----*

*----- **Ponto oito** da ordem de trabalhos, **Recursos Humanos (ETI, concursos e contratações, dois mil e catorze)**. Neste ponto o Sr. Presidente do Conselho Geral solicitou ao Sr. Reitor que expusesse o documento, tendo a exposição assente na necessidade de procurar, com esta proposta já apreciada na Comissão Académica do Senado Universitário, equilibrar os Recursos Humanos da Universidade da Madeira, considerando as alíneas abaixo transcritas: -----*

a) Uma diminuição dos recursos humanos disponíveis (docentes e não docentes); -----

b) Uma reduzidíssima percentagem de ocupação dos lugares de topo da carreira docente universitária, juntamente com a não ocupação de todos os lugares de chefia, nos serviços. -----

----- Neste sentido, o Sr. Reitor apresentou como principais linhas gerais o reforço do corpo docente, nomeadamente nas áreas em que a A3ES o requer e nas áreas em que este se encontra claramente abaixo do mínimo exigível, procurando ainda compensar as saídas de docentes e não docentes que têm ocorrido e a ocupação, ao longo deste e do próximo ano, dos lugares de topo da carreira docente universitária (associados e catedráticos) em função das disponibilidades financeiras, procurando obter um equilíbrio entre as diferentes áreas a este respeito. -----

----- Por parte dos senhores conselheiros, para além de, em geral, se terem congratulado com esta aposta na qualidade, no mérito e no topo de carreira, ficaram as preocupações da sustentabilidade da mesma, nomeadamente por parte do Sr. Conselheiro João Rodrigues.-----

----- Nesta altura, registou-se a ausência temporária, devidamente justificada, do Sr. Conselheiro Helder Lopes. -----



----- A metodologia adotada foi a análise e votação do documento na generalidade e globalidade, seguindo-se a votação de cada uma das propostas concretas dele constantes, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

----- Na globalidade e generalidade: zero votos contra, uma abstenção e catorze votos a favor; -----

----- Quanto às propostas concretas: -----

----- Ponto um, *Contratações para a carreira docente, ou como convidados a tempo integral*: aprovado por unanimidade; -----

----- Ponto dois, *Concursos para os lugares de topo (associado e catedrático) da carreira docente universitária*: um voto contra, zero abstenções e catorze votos a favor.

----- Nesta altura registou-se a presença do Sr. Conselheiro Helder Lopes que, por se ter ausentado, fez a declaração de voto que se anexa a esta ata. -----

----- Foi o documento dos Recursos Humanos (ETI, concursos e contratações, dois mil e catorze), votado e aprovado em cada ponto, como acima se comprova - **deliberação número cento e dezanove/Conselho Geral/Universidade da Madeira**----

----- **Ponto nove** da ordem de trabalhos, **Relatório de atividades de dois mil e treze e plano para dois mil e catorze**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral começou por mencionar o parecer favorável dos membros externos nos termos estatutários, após o que convidou o Sr. Reitor a explanar, em primeiro lugar, o Relatório de Atividades relativo a dois mil e treze, já discutido e apreciado em reunião do Senado Universitário a cinco de março último. Da explanação do Sr. Reitor e da discussão que se seguiu, ficou assente que o Sr. Reitor acolheria, antes da divulgação do documento, as alterações de pormenor que os senhores conselheiros considerassem por bem sugerir e que, em relatórios futuros, se procuraria agregar os Relatórios de Atividades de cada um dos Centros de Competência.-----

----- Foi o Relatório de Atividades votado e aprovado por unanimidade - **deliberação número cento e vinte/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- A esta votação seguiu-se a discussão do Plano Anual de Atividades para o ano de dois mil e catorze, tendo os senhores conselheiros, por um lado, manifestado a sua concordância relativamente ao documento e à sua articulação com o Relatório de Atividades já analisado e, por outro, sugerido que se alargasse o âmbito das atividades, como por exemplo, aderindo ao Plano Regional de Instalação de Desfibriladores, a saber, junto das entidades próprias. -----

----- Foi o Plano Anual de Atividades votado e aprovado por unanimidade -
deliberação número cento e vinte e um/Conselho Geral/Universidade da Madeira --

----- **Ponto dez** da ordem de trabalhos, **Fixação das propinas para o ano letivo dois mil e catorze/dois mil e quinze**. Aberto este ponto, o Sr. Reitor, a convite do Sr. Presidente do Conselho Geral, informou que o Conselho de Gestão, reunido a treze de fevereiro último, aprovou a proposta de manter no ano letivo de dois mil e catorze/quinze, os mesmos valores praticados no ano letivo de dois mil e treze/catorze, para as propinas de Primeiro e Segundo Ciclos de Estudo, tendo apenas alterado o valor mínimo para a propina de Terceiro Ciclo de Estudos. Deste modo, ouvido o Senado no dia cinco de março de dois mil e catorze, propõe a Reitoria da Universidade da Madeira que os montantes anuais das propinas, para o ano letivo de dois mil e catorze/quinze, sejam fixados nos valores abaixo descritos:*

- *Cursos de Especialização Tecnológica – 630,50€* -----
- *1^{os} Ciclos de Estudos – 1035,00€* -----
- *2^{os} Ciclos de Estudos:* -----
 - a) Mínimo – 1035,00€* -----
 - b) Máximo – 5000,00€* -----
 - c) Salvo determinação legal em contrário, o valor da propina, a propor pelos responsáveis dos ciclos, poderá variar entre 1035,00€ e 5000,00€* -----
- *3^{os} Ciclos de Estudos:* -----
 - a) Mínimo – 1500,00€* -----
 - b) Máximo – 5000,00€* -----
 - c) Salvo determinação legal em contrário, o valor da propina, a propor pelos responsáveis dos ciclos, poderá variar entre 1500€ e 5000,00€* -----
- *Outros ciclos de estudo e programas de formação não conferentes de grau académico, com duração igual ou superior a 60ECTS:* -----
 - a) Mínimo – 1035,00€* -----
 - b) Máximo – 5000,00€* -----
 - c) Salvo determinação legal em contrário, o valor da propina, a propor pelos responsáveis dos ciclos, poderá variar entre 1035,00€ e 5000,00€* -----

O número máximo de prestações para o pagamento do montante anual das propinas é de 10. -----

** Os valores indicados poderão não se aplicar a cursos alvo de protocolos específicos.-*

Handwritten initials "FQ" in blue ink.

----- Considerando o acima disposto, foram os senhores conselheiros convidados a manifestarem-se, tendo o Sr. Conselheiro Pedro Telhado Pereira proposto que se considerasse a fixação da propina mínima nos Primeiro e Segundo Ciclos de Estudo e noutros Ciclos de Estudo e programas de formação não conferentes de grau académico, com duração igual ou superior a sessenta ECTS, no valor máximo permitido por lei para o Primeiro Ciclo de Estudos, por entender que tal não prejudicaria os alunos mais carenciados, antes os beneficiaria, podendo, com o montante conseguido, melhorar a concessão bolsas de apoio. Esta proposta foi votada, obtendo-se o resultado de seis votos contra, seis abstenções e quatro votos a favor, pelo que a alteração advogada pelo Sr. Conselheiro Pedro Telhado Pereira não foi aceite. -----

----- Os senhores conselheiros António Brehm, Helena Jardim, Jesus Maria Sousa e Pedro Telhado Pereira, apresentaram a declaração de voto conjunta, que se anexa a esta ata. --- -----

----- Seguidamente foi votada a proposta inicial apresentada pela Reitoria, sem que se contemplasse a propina para os estudantes internacionais, tendo sido aprovada por maioria com o seguinte resultado: quatro votos contra, zero abstenções e doze votos a favor - **deliberação número cento e vinte e dois/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- **Ponto onze** da ordem de trabalhos, **Reforma do Ensino Superior**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral pediu aos senhores conselheiros que se pronunciassem sobre a proposta, que abaixo se transcreve, no sentido de dar:-----

...um voto de confiança no Reitor e no Presidente do Conselho Geral, para que estes possam assinar acordos no âmbito da implementação da Reforma do Ensino Superior, com o Governo Central e/ou com o Governo Regional, caso conjuntamente os considerem do interesse da Universidade, tendo os mesmos que ser ratificados pelo Conselho Geral, o que deverá acontecer no menor espaço de tempo possível. -----

----- Alguns senhores conselheiros solicitaram que se acautelasse a não passagem da UMa para uma dupla tutela, recordando o que poderia significar, não só em termos de perda de autonomia para a Universidade como em dificuldades de gestão, caso ocorressem diretrizes emanadas de ambos os governos.-----

----- O voto de confiança ao Reitor e ao Presidente do Conselho Geral, mandatando-os para assinar acordos no âmbito da implementação da Reforma do Ensino Superior, com o Governo Central e/ou com o Governo Regional sem prejuízo da sua posterior

ratificação pelo Conselho Geral, foi votado e aprovado por maioria com um voto contra, uma abstenção e catorze votos a favor - **deliberação número cento e vinte e três/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto doze** da ordem de trabalhos, **Outros Assuntos**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral informou os senhores conselheiros de que o Conselho de Cultura da UMa havia terminado o seu mandato e que era necessário voltar a nomear o representante da Comissão do Conselho Geral para a Imagem, Relações Públicas, Cultura e Responsabilidade Social, naquele órgão. À semelhança do que havia acontecido até ali, propôs o Sr. Presidente do Conselho Geral que o Sr. Arquiteto Paulo David desse continuidade à sua representação, tarefa que aceitou, mas não sem antes referir que iria trabalhar no sentido de que se alterassem algumas diretrizes relativas aos objetivos que aquele Conselho se propõe atingir. -----

----- Perguntou, nesta altura, o Sr. Presidente aos senhores conselheiros se pretendiam colocar outros assuntos à consideração do Conselho, o que não se verificou. -----

----- E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, dela tendo sido lavrada a presente ata, que depois de lida, colocada à votação e aprovada por unanimidade por todos os presentes, vai ser assinada pelo Presidente e por mim que secretariei. -----

Francisco Manuel de Oliveira Costa -----

Teresa Maria de Moura Portugal Norton Dias -----

Declaração de voto

Considerando que:

1 – A Universidade da Madeira enfrenta uma situação financeira muito difícil não estando em condições de abdicar de receitas que possa conseguir.

2 – O aumento de receitas se traduz na Universidade da Madeira num aumento da qualidade de ensino.

3 - O Estado transfere para a Universidade da Madeira a totalidade das propinas, quer sejam mínimas ou máximas, dos alunos bolseiros (por via destes), ou seja, dos que mais necessitam de apoio, nesta situação de crise.

4- O pagamento da propina máxima (€ 1 067, em vez de € 1 035) corresponde a um aumento mínimo de receitas de mais € 35 000 podendo atingir os quase € 90 000. O mínimo corresponde ao aumento da transferência do Estado (ver ponto 2) ao qual haverá que adicionar o aumento referente aos pagamentos dos não bolseiros.

4 – Os € 35 000 poderem ser utilizados na compra de livros para a biblioteca ou computadores, os quais iriam beneficiar de modo particular os estudantes mais carenciados da Universidade da Madeira.

Os signatários votaram a favor do aumento das propinas para a propina máxima e votaram contra a manutenção do atual valor das propinas.



(António Manuel Dias Brehm)



(Jesus Maria Angélica Fernandes Sousa)



(Maria Helena de Agreia Gonçalves Jardim)



(Pedro Telhado Pereira)

Declaração

Ponto oito da ordem de trabalhos da reunião do Conselho Geral de 10 de março de 2014:

Como a minha ausência temporária da reunião acabou por coincidir com a votação, para que não subsistam quaisquer dúvidas, venho por este meio declarar que se estivesse presente teria votado favoravelmente (na generalidade e na especialidade). Aliás, a minha concordância com a proposta ficou bem patente na intervenção que fiz antes de me ter de ausentar.



Helder Manuel Arsénio Lopes